Conceitos jurídicos indeterminados: a luta dos Direitos Humanos contra o arbítrio e a seletividade penal

Undetermined legal concepts: the Human Right's conflict facing discretion and criminal selection

Andressa Franch Carloni

Centro Universitário Ilbmec Rio de Janeiro

andressacarloni08@gmail.com

Rafael Ferreira de Albuquerque Costa

Centro Universitário Ilbmec Rio de Janeiro

rafaelalbuquerque313@gmail.com

Conflito de interesses: nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Data de Submissão: 14/01/2021

Data de Aprovação: 16/02/2021

Resumo

O presente estudo busca refletir acerca da falta de harmonia entre garantia - e aplicação - dos direitos humanos e as políticas públicas de combate e prevenção à violência, vez que, equivocadamente, são compreendidas como contraditórias. A análise percorrerá os deslocamentos da criminologia no século passado até a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, ocorrida no final da segunda década do século XXI. A experiência brasileira evidencia a ineficácia das políticas de segurança pública, embora insistentemente mantidas, constituindo um Estado negligente às tragédias diárias e indiferente aos cidadãos. Assim, o Estado, frequentemente, optou pela relativização dos direitos humanos legitimada pelo combate ao inimigo criado. Os efeitos recaem mais contundentemente sobre os indesejáveis, os inaptos para o consumo, portanto, inimigos do Estado. Com efeito, busca-se desconstruir a ideia de um “inimigo estatal” para determinar limites ao exercício do poder, sendo indispensável a racionalização da persecução penal, fundada no autoritarismo, que emprega expressões indeterminadas.

Palavras-chave: direitos humanos; violência policial; direito penal do inimigo; seletividade penal.

Abstract

The current essay intends to reflect the harmony lack between warranty and application of human rights and public policies to face and prevent crimes since they are wrongly understood as conflicting. The analysis goes from the last century criminology's theory to the federal intervention in the State of Rio de Janeiro, which occurred at the final of the second decade in the XXI century. The Brazilian experience depicts the national security policies inefficiency, although insistently kept, which constitutes a neglect State towards daily tragedies and also regardless of their citizens. Therefore, the State has frequently chosen to pave the human rights relativization path, legitimized by a created enemy and the necessity to battle him. The consequences are apprehended more strongly by the unwanted citizens, who are unable to consume, thus perceived as the State's enemies. The ultimate goal pursued is to deconstruct the “State's enemy” image in order to create an environment for establishing limits to power through the crucial rationalization of criminal prosecution which is still anchored to an authoritarian law with uncertain juridical concepts.

Keywords: human rights; police violence; enemy criminal law; criminal selection.

1.Introdução

O presente trabalho visa à análise da segurança pública sobre a ótica não da eficiência como se habituou, mas da efetividade. A hipótese que se parte é de que a população em geral enxerga a realidade atual como particularmente violenta, a despeito de nunca antes terem possuído tantas garantias institucionais contra o Estado e em face de demais cidadãos.

O cenário remete a forma como a polícia, instituição de controle social autoritária por excelência e elo entre o Poder Público e os sujeitos, interage com a população e atua na repressão de infrações penais. Sugere-se haver uma cultura, um padrão de comportamento e de pensamento, aprendida tanto na formação dos oficiais mais subalternos quanto na vivência da corporação, a qual condiciona o agir em relação aos indivíduos e às demais instituições, constituindo até a identidade do próprio policial e da instituição.

Parece insuficiente relegar a legislação penal e processual penal como dado e, principalmente, como reflexo do pensamento de determinada época, eis que se admite e reconhece que o direito não é um setor do conhecimento independente e autônomo, tal qual fizeram crer os teóricos juspositivistas. Notou-se em alguma medida a utilização vasta nas leis penais de conceitos jurídicos indeterminados, cujos sentidos, se houver descuido ou alguma intenção ábdita, podem ser dados prescindindo-se de uma pré-compreensão compartilhada, a abrir as portas ao arbítrio da autoridade pela interpretação solipsista da lei.

A investigação prosseguiu a partir das bases que sustentam uma postura autoritária das instituições públicas. Isto porque, muito embora diversas cláusulas de direitos humanos

estejam também positivadas na Constituição da República brasileira (1988), há que se empreender esforços para a compreensão do motivo pelo qual uma norma cogente suprema é inapta ao resguardo dos direitos humanos dos cidadãos. Desta feita, as estatísticas disponibilizadas a público pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública por meio do Sistema do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN) foram cruciais à aferição das hipóteses levantadas ao longo da pesquisa. Buscou-se demonstrar que o direcionamento da ação da polícia a determinados grupos sociais e étnicos e a criminalização de certas condutas historicamente ligadas a estes não são mero discurso da ala progressista da política brasileira, senão uma consequência da tradição autoritária da sociedade.

Até mesmo as tentativas de humanização ou de reestruturação do pensamento jurídico-penal brasileiro sofreram influência de ideias antidemocráticas. É que, uma vez vestidos de metodologia científica, a *intelligentsia* desapercebe o alto teor de discriminação e preconceito de sua produção acadêmica. Por essa razão, esforçaram-se estes pesquisadores à exposição de uma realidade nos moldes pensados por Bourdieu de compreensão do fenômeno sem rotulá-lo ou banalizá-lo (BOURDIEU, 1998, p. 699). Há, com efeito, uma dupla ruptura: a com o senso comum e a com a pretensão de uma objetividade científica (WEBER, 1989). Querem dizer estes pesquisadores que não se trata de um trabalho taxativo e de explicação monocausal do conflito sob investigação, mas sobretudo de questionamento da realidade a partir de diversos posicionamentos teóricos.

2. Uma breve contextualização da tradição auditória brasileira

Guy Debord parafraseia Marx e substitui a palavra “mercadoria” por “espetáculo” (DEBORD, 1997, p. 1). É a evidenciação de que o espetáculo é a nova mercadoria, de forma que o consumo ávido do simulacro constitui forma de alienação da realidade – a funcionar, portanto como meio de dominação –, aniquilando-se a experiência e conferindo acentuada relevância à narrativa.

Há o retorno da ideologia que visava à contraposição das tensões políticas de meados do século XX, o fascismo, em especial de sua característica mais saliente, qual seja a desvalorização do saber, isto é, o questionamento das instituições políticas e do conhecimento científico, salvo quando este se presta aos seus próprios interesses escusos (HOBSBAWN, 1995, pp. 112 e 122). É dizer, toda a fundação da sociedade do século XIX, no que tange ao conhecimento, passa a ser repudiada, o que possibilita o destaque de afirmações que não possuem qualquer fundamento epistêmico.

Por outro lado, as práticas econômicas que levaram ao *crash* de 1929 e que, mesmo após a Primeira Guerra, foram insuficientes para reaquecer a economia nos anos 1920 (HOBSBAWN, 1995, pp. 106 e 107; 132 e 133) são reprimadas. Curioso é que o processo de desconfiança europeu em relação ao sistema econômico no entreguerras ocorreu no Brasil, com suas peculiaridades, ao final da década de 1980, trazendo à baila o neoliberalismo.

A pós-modernidade brasileira é marcada pela racionalidade neoliberal, a conjugação de ambos os aspectos mencionados acima: a desvalorização do conhecimento e o retorno de práticas econômicas estranhas às tendências da metade em diante do século XX. Tal racionalidade parece engendrar um Estado em que os direitos e garantias fundamentais são obstáculos para o exercício do poder – neste fenômeno, identificado com o poder econômico. Qualquer matéria constitui valor negociável, de forma a não haver mais princípios norteadores das expectativas sociais, e o espetáculo põe-se na condição de alienador máximo, a mercadoria desejada por todos, numa lógica perversa na qual sequer é perceptível a falta de institucionalidade democrática (CASARA, 2018).

Contudo, o cenário autoritário brasileiro não é uma conjuntura, senão uma estrutura cuja face é apenas (re)modelada pela história. A começar pela independência do Estado brasileiro em 1822 frente ao colonizador português até os dias atuais, o sistema político, à sua maneira, em maior ou menor grau de autoritarismo, apropriava-se das instituições em benefício singular ou oligárquico. O fim das instituições desembocou em um Estado que acompanhou as tendências ultradireitistas do segundo quartel do século XX, dando lugar, após, a uma República burocrática. O golpe militar de 1964 põe-lhe fim, e a reabertura democrática de 1988 abdicou-se de um acerto de contas com a sanção da lei de anistia.

3.Considerações acerca da segurança pública no Brasil

2.1. O ambiente da estrutura policial como propício ao arbítrio

A origem da polícia administrativa, ou ostensiva, como comumente chamada, remonta à época do Segundo Reinado brasileiro (ROSEMBERG, 2006, pp. 42 e 43), que durou de 1824 a 1889. Isto porque as primeiras autoridades policiais provinciais surgem a partir da tentativa de resposta do poder central, a classe dirigente, ao prestígio ascendente dos militares, em razão de seu desempenho na Guerra do Paraguai, e ao controle local realizado pelos latifundiários, os coronéis, os quais manipulavam eleições se valendo do mecanismo conhecido como voto de cabresto.

É nesse contexto, em 1873, que ocorre a destituição da Guarda Nacional de suas funções, tanto de policiamento judiciário quanto preventivo. Dentre as corporações criadas, o Corpo de Polícia Permanente, doravante CPP, exercia, em especial, na província Paulista o policiamento ostensivo (URICOECHEA, 1978).

A retirada de atribuições dos militares para uma organização profissionalizada civil-burocrática intentava passar a mensagem aos coronéis, sob as vestes da neutralidade, de que a lei deveria ser cumprida e as instituições públicas respeitadas dentro dos princípios basilares do liberalismo ao mesmo tempo em que havia um quê de clientelismo na própria estrutura da corporação com a garantia de funções e cargos aos que demonstrassem fidelidade aos ideais do poder central. Nesse sentido, parecem obnubilados os limites da utilização da máquina pública a interesses particulares.

O papel do CPP, no contexto apresentado, pode ser concluído como o de eficácia operacional, cujo conceito deve, necessariamente,

perpassar uma filtragem ideológica, isto é, a eficácia buscada é aquela correspondente aos interesses de quem criou a corporação e legislou acerca das normas de conduta que deverão ser seguidas pelos praças. O ideal, portanto, era vinculado à noção de civilidade e ordem em detrimento de indivíduos considerados turbadores da paz social, materializado pela conduta proba e disciplinada advinda da autoridade policial e pelo combate preventivo e correccional desses grupos marginalizados, os escravos forros, imigrantes e a população hipossuficiente economicamente (ROSEMBERG, 2006, p. 45).

A precariedade das condições de trabalho e deparo com dinâmicas que demandavam além dos procedimentos previstos nas disposições legislativas, contudo, fizeram com que a corporação enveredasse para um caminho oposto. A falta de armamento, a uniformização inapropriada, os soldos modestos combinada com a proximidade da força policial com a população formularam um cenário propício à informalidade e à deslealdade para com os ideais da corporação. Não raro se viam, assim, “contratações” de praças para que trabalhassem como seguranças particulares, o endividamento dos oficiais nos mercados locais, quando não se valiam do certo *status* que a farda lhes conferia para recebimento de alguma vantagem ilícita ou a realização de diligências que não compunham o rol de atribuições institucionais (ROSEMBERG, 2006, p. 46 a 49).

O agente de segurança pública era posto entre a aplicação da lei e a disciplina, agindo, no mais das vezes, em função daquela, principalmente como pretexto para combate à violência. Todavia, seu desempenho na repressão da criminalidade foi insuficiente, em especial com

relação à vida cotidiana (BATTIBUGLI, 2006, pp. 87 e 88).

A atividade policial contribuiu para a construção do imaginário acerca da identidade dos criminosos e do conceito de (des)ordem pública a partir dos crimes mais reportados, na medida em que compunha suas atribuições a elaboração de relatórios e a compilação de informações que direcionassem a atuação do Poder Público. E a partir do conhecimento da função seletiva da polícia, é possível compreender o discurso da ineficácia na dissuasão do crime, vale dizer, o baixo desempenho na prevenção de infrações seria fruto de um suposto engessamento da atividade da corporação, não se cogitando como propulsor do comportamento desviante aspectos econômico-sociais. A legitimidade do discurso transgressor da lei em prol de uma suposta eficácia no combate ao crime estaria em prol da ordem pública, afastando a perspectiva negativa do limitador do poder por excelência, a lei. Assim, a exacerbação dos preceitos normativos torna-se condição de possibilidade à consecução da paz e da ordem e, simultaneamente, respalda a difusão de uma subcultura policial.

No Rio de Janeiro, de 1850 em diante, a direção da atuação da polícia voltava-se para o controle social e para a contenção e gestão de revoltas populares. Como consequência da ampliação da repressão da polícia, houve resistência popular, o que não impediu a utilização em larga escala do aprisionamento de desordeiros, de escravos e de forros (HOLLOWAY, 1997). A partir de 1906, no entanto, parece ter havido um deslocamento da ordenação da polícia um pouco mais profissional (SOUZA, 2006, p. 63). A formação jurídica como requisito à ocupação do cargo de delegado é um bom exemplo da tentativa de profissionalização, embora cursos destinados aos cargos mais baixos e de contato direto com a sociedade tenham adentrado a

prática policial de 1930 em diante (BATTIBUGLI, 2006, p. 85).

O perfil da instituição policial, pois, é delineado como extremamente centralizado, com uma estrutura hierárquica rígida, mas apresentava uma ampla discricionariedade nas pontas, isto é, nos oficiais que realizavam o patrulhamento nas ruas (BATTIBUGLI, 2006, pp. 87 e 88)

A opinião pública do período atribuía a criminalidade, sempre considerada alta em relação ao passado, ainda que recente, a imigrantes e à realidade constantemente em mutação da área urbana (PASTANA, 2003, p. 95), cuja responsabilidade recaía sempre no indivíduo marginal, que não se enquadrava no corpo social, na época a elite cafeeira, ou seja, sempre recorrendo à personificação do outro, criando uma identidade metafísica de uma personalidade naturalmente transgressora. É possível afirmar, portanto, o impacto mais significativo da estruturação profissionalizante e especializada da polícia sobre a formação do imaginário social que efetivamente sobre a gestão do comportamento transgressor.

As autoridades policiais da Primeira República já transformavam a informação de reincidência e contumácia com o objetivo de efetuar detenções posteriores e incrementar a possibilidade de superveniência de um decreto condenatório (SOUZA, 2006, p. 76). Destaca-se a inexistência de um tipo penal que descrevesse a conduta gatuna, abrangendo tanto os agentes de delitos previstos em lei (roubos, furtos e estelionatos) quanto vadios, prostitutas e desordeiros, reforçando a exposição supra acerca do repouso qualificado da ação policial sobre a população socialmente precarizada.¹ O conceito de segurança pública é construído, pois, a partir da antagonização da sociedade com as ditas classes perigosas, as quais demandariam uma observação constante, posicionamento amparado pela política higienista da época, sobretudo porque

feriam os valores da residência fixa e do trabalho.

A polícia adquire, no seio de suas interações internas, entre os membros da própria corporação, e externas, com a sociedade e as demais instituições, uma personalidade institucional devido à sua administração pretensiosamente racional-burocrática e às funções próprias da atividade. O fenômeno, para além de uma modulação psicológica individual, revela uma cultura socialmente firmada.

Nesse sentido, a articulação da legislação pertinente com o cotidiano da polícia é o ponto fulcral da análise, eis que da oposição entre teoria e prática se extrai a verdadeira posição e o papel institucionais na sociedade. A mencionada articulação pode possuir um caráter positivo ou negativo. Este dá-se com o frequente uso da força, o contingente de práticas ilegais no âmbito da própria organização e a frequência de violações de direitos humanos no curso das operações, ao passo que aquele decorre do encontro de soluções pacíficas para situações limítrofes, bem como de tentativas ao máximo conciliatórias as quais tendem a tornar a aplicação formal da lei prescindível.

A hierarquização rígida da polícia cria uma atmosfera na qual o respeito ao ocupante de um cargo superior se sobrepõe à adoção de uma conduta criteriosa e coadunada com a democracia. A causa mais imediata talvez seja a punição frequente das infrações atinentes ao desrespeito da hierarquia da corporação em detrimento do apropriado controle sobre a ação violadora de direitos humanos na ponta, bem como a crença de que as profissões ligadas à segurança pública, notadamente a de policial, são eminentemente práticas, de forma que um arcabouço teórico menos robusto bastaria para as exigências hodiernas.

A própria natureza da atividade policial impede a sua fiscalização integral. O trabalho de rua consiste primordialmente em tomar decisões rápidas e improvisadas diante de situações imprevisíveis e complexas, de forma que é impraticável mantê-las sob o crivo de seus superiores. Somado a isso, deve-se considerar o compadrio entre os agentes de segurança pública de mesma hierarquia o qual desemboca no acobertamento dos desvios de seus colegas.

Configura-se aqui um verdadeiro sistema de manutenção do *status quo*. Os policiais de patrulha, em geral, menos escolarizados, tecnicamente menos preparados, possuíam grande margem de arbítrio, ao passo que os oficiais de patentes mais altas não detinham elementos morais ou normativos para aplicar sanções, pois não vasta era sua experiência na rua, quando nenhuma. Parece bastante ilustrativo o Regulamento Disciplinar da Força Pública em 1963, uma vez que caracterizava falta disciplinar leve a violência policial na efetuação da prisão (art. 54), os maus tratos a presos sob a guarda policial significava uma infração média (art. 55). Dessa forma, o abuso de autoridade em geral era punido apenas com admoestação verbal ou repreensão, acompanhadas de detenção e de 8 (oito) dias na prisão, respectivamente. Em suma, reforça-se a ideia de que a principal preocupação do controle interno da polícia dizia respeito ao cumprimento dos ditames consuetudinários da própria organização.

Nesse sentido, a burocracia interna, cuja finalidade precípua seria o controle da conformação da corporação a uma espécie de moralidade e impessoalidade da autoridade policial, redundou no aprofundamento da informalidade e da criação de uma cultura velada. O policial é condicionado, pois, a agir como se protegesse a instituição de ameaças externas constantes, assim como preservasse a confiança, aspecto sobre o qual são

ensinados a crer é pautado o dito sucesso das atividades da corporação, de seus iguais mesmo quando estes houvessem agido incorretamente.

Outro ponto relevante é o poder de polícia – a atribuição de fiscalizar, coibir, inibir e sancionar, consubstanciados como as restrições necessárias à manutenção da ordem (BATTIBUGLI, 2006, p. 91) – inerente à autoridade policial. A tomada de decisão, portanto, pautar-se-á em estigmas e estereótipos os quais implicariam em uma menor probabilidade de erro no momento da abordagem, fato que torna a dinâmica especialmente cruel, eis que as situações eleitas pelo policial como merecedoras de atenção não raras vezes decorrem das características físicas do indivíduo que sofre a ação da polícia mais do que da própria conduta em si, abrindo-se a porta da legitimação, conferida pela farda e pelo sistema, ao arbítrio.

Com efeito, a supervalorização das prerrogativas dos policiais, ou melhor, a tolerância e a admissão da contumácia de seus abusos relacionavam-se estreitamente com a concepção de que havia uma criminalidade a ser combatida a qual, pensava-se, havia sido estimulada pelo respeito aos direitos humanos, sobretudo dos traficantes de drogas e dos presidiários que se organizaram de dentro dos complexos penitenciários. Havia a crença, ademais, de que o envolvimento das próprias autoridades em atividades ilegais e a utilização cada vez menos frequente das invasões a favelas eram implicações do respeito aos direitos humanos (SOARES, 1997, p. 102).

Parece bastante evidente a relação que há entre a corrupção e o abuso de autoridade de um lado e, de outro, o corporativismo e o sentimento de insegurança. O desrespeito às normas constitucionais, as quais, a partir de meados século XX adquirem força normativa justamente para que se evite o abuso decorrente da discricionariedade somado ao

aparelhamento da polícia brasileira cujo modelo seguido era o da polícia estadunidense (MACCOY, 1986, pp. 276 a 281), de forma que a lógica da lei e ordem foi incorporada no cotidiano irrefletidamente, sobretudo porque não há qualquer compatibilidade normativa, criaram uma atmosfera propícia para um cenário de embate entre as forças de segurança pública contra o inimigo, o outro, o não-cidadão. O busílis do fenômeno é conceituar a palavra cidadão para os agentes de segurança pública a saber quem são os sujeitos ou grupos que não são abrangidos pelo *status* de cidadão e, portanto, não são merecedores de um tratamento dito civilizado.

2.2. Os inimigos do Poder e a desumanização como técnica de legitimação da violência

O Estado atual pode ser caracterizado como pós-democrático, um modelo político que não encontra limites ao exercício do poder na medida em que todos os aspectos da vida se tornaram negociáveis, isto é, foram abandonados – do ponto de vista material, pois é também característica deste Estado a aparência de institucionalidade democrática – os princípios, jurídicos ou morais, que obstaculizavam os interesses políticos das majorias. Estas, por sua vez, creem genuinamente estar diante de um cenário de mudanças, de novos tempos, cuja causa seria sua insurgência contra o sistema, quando, na verdade, o fomento de valores disruptivos para a democracia, a espetacularização do processo judicial e a aversão à política compõem o interesse predominantemente do capital. Em suma, o poder político passa a confundir-se com o poder econômico (CROUCH, 2013).

Há de ser destacado o papel do medo e da criação de um inimigo, explorado sobretudo pela mídia por meio de discursos moralizantes para o desenho de um cenário de guerra no

imaginário social. Aqui, vale dizer, o criminoso, situado no papel de outro, de opositor – numa lógica demasiadamente maniqueísta –, constitui o inimigo a ser enfrentado, de forma que as instituições públicas teriam o dever de fazer cessar o mal por ele causado a todo e qualquer custo, tornando dispensável a burocracia estatal, as garantias fundamentais do acusado e até mesmo os direitos humanos.

O pensamento de Jakobs, cuja percepção no direito brasileiro não foi exitosa, permite o uso amplo e irrestrito do aparato estatal contra o inimigo na medida em que este abandonou o contrato social. Em sendo o Direito um produto do contrato, o indivíduo desviante estaria renunciando aos seus direitos e garantias (JAKOBS & MELIÁ, 2015, pp. 28 e 29). Parece claro que a teoria não prospera devido à garantia da presunção de inocência prevista na grande maioria dos pactos internacionais² que tocam em alguma medida a seara criminal, sobretudo no Brasil onde a própria Lei Fundamental a prevê em seu texto expressamente.

Em 2006, entrou em vigor a Lei nº 11.343, mais conhecida como “Lei de Drogas”, que fixou o tratamento penal conferido aos usuários e traficantes de drogas, criou o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, bem como trouxe importante avanço para a despenalização do consumo de drogas, imputando a esses penas restritivas de direitos, embora, em sentido contrário, a nova legislação tenha elevado a pena mínima para cinco anos do crime de porte de drogas ilícitas

Ocorre que a nova legislação não só marcou o início da chamada “guerra às drogas”, sendo esta entendida como “uma [pseudo] emergência levantada pelos Estados, principalmente Latino-Americanos, para o fim de possibilitar uma atuação beligerante por parte de seus órgãos”³, ou seja, “sem a justificativa de combate às drogas, o Estado perde seu fundamento demagógico de

neutralização de comunidades periféricas e de criminalização daqueles que não se adequam aos padrões impostos”⁴ e também consolidou, como forma de política criminal, o modelo proibicionista que auxiliou no aumento da população carcerária (CARVALHO, 2013, pp. 50 e 51).

A expressão “guerra às drogas” traz consigo enorme carga enfática na medida em que o conceito de guerra é fundado na violência, animosidade e no ódio, solidificando, portanto, uma dicotomia disparate em que a recusa à “guerra” o torna, automaticamente, a favor das drogas, por exemplo. Desta forma, CLAUSEWITZ (2010, p. 30) a definiu como “fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, antes de mais nada, a violência original de seu elemento, o ódio e a animosidade”, sendo certo que “a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura.”

No que tange ao aumento da população carcerária por este crime, há alguns fatores que contribuem para tal crescente (CARVALHO, 2013, pp. 50 e 51), são eles: a falta de critérios objetivos para a distinção de traficantes de entorpecentes ilícitos e usuários e a impossibilidade de aplicação da pena de prisão para estes, tendo em vista que a nova legislação alcançou, majoritariamente, a população negra e periférica.

Seguindo a linha temporal, a intervenção federal ocorrida no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2018, sob o argumento de diminuir os altos índices de violência no estado, levou às ruas fluminenses tropas e veículos do Exército Brasileiro para que fossem realizadas patrulhas e operações especiais (BIGHETTI, 2018). Ocorre que sua função foi além, estabeleceu-se uma guerra⁵ em que havia três ajuntamentos, a saber: as forças estatais; os traficantes, utilizando o comércio ilegal como

fonte de renda, e os milicianos, formados por agentes do estado inativos ou ativos, que se utilizam do aparato oficial para extorquir, ameaçar e intimidar moradores das comunidades a fim de obrigá-los a contratarem seus serviços, por vezes ilegais, estando o primeiro em combate com os dois últimos.

Durante os setes primeiros meses de operação, se, por um prisma, houve redução nos números de roubo de carga e de veículos, em sentido contrário os tiroteios e as mortes em confronto aumentaram 150% (VIEIRA & CASTRO, 2018), em comparação ao mês de agosto do ano de 2017, com o mesmo mês do ano de 2018, durante o decreto. Nesse sentido, especialista do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, Silvia Ramos, em entrevista concedida à Cristina Brasil (2018), do *site* Agência Brasil, relatou que o modelo adotado atualmente pelo governo do estado se assemelha ao empregado em situação de guerra, uma vez que preza mais pelo armamento e confronto direto do que pelas vidas dos moradores de comunidades que convivem com seus efeitos, destacou que

o que nos parece é que a intervenção optou por este modelo bélico que o Rio de Janeiro já conhecia e se aprofundou. Os nossos indicadores são de aumento de 57% no número de tiroteios nesse período e de aumento de mortes provocadas pela polícia de 39%.

É a partir de relatos semelhantes aos expostos que, no prefácio do livro “A síndrome da Rainha Vermelha: Policiamento e Segurança Pública no Século XXI”, destacou-se o paradoxo que vivemos com a segurança pública no qual “quanto menos funcionam as práticas e os métodos adotados, mais são privilegiados pelo investimento público e mais são aplicados

pelas autoridades da área, que os repetem acriticamente” (ROLIM, 2006, p. 11).

Isto acontece em virtude de as autoridades suporem conhecerem as causas e as soluções da e para a criminalidade, de tal maneira que os estudos acerca do tema se tornam vazios e inúteis, quando, na verdade, necessita-se de mais pesquisas independentes e empíricas.

Situação análoga ocorre no âmbito da política pública que, há tempos, desumaniza – e demoniza – determinados grupos de indivíduos, catalogando-os como “inimigos” e/ou declarando guerra às circunstâncias nas quais estão inseridos (JAKOBS & MELIÁ, 2015), o que conduz ao mesmo lugar: aumento do armamento bélico estatal, bem como o dos seus “inimigos” e atuação mais truculenta e intolerante da autoridade policial, resultando, assim, nos crescentes números de tiroteios, de mortes, do encarceramento em massa e da falta de capacidade empática.

O medo, quando considerado seu efeito geral sobre grandes grupos, é distinto do sentimento individual de surpresa seguido da apreensão decorrente de um perigo iminente ou atual; trata-se da exteriorização cultural de normas sociais. Não se pode pensar, ademais, que a cultura é formada neutralmente, ou seja, há incontornáveis indícios de que a influência da ideologia em sua construção é crucial (PASTANA, 2003, pp. 15 e 91).

O medo toma lugar especial nos discursos de campanhas políticas que se limitam a julgar a época em que vivemos mais violenta que um passado (PASTANA, 2003, pp. 19 e 95) o qual não se sabe bem a que momento histórico se refere. Basta consignar nos palanques e comícios a alta periculosidade da atualidade, particularmente ameaçada e assolada por uma suposta criminalidade de curva em ascendência constante, autorizando medidas autoritárias como imprescindíveis para sua contenção. Assim, consolidam-se os

posicionamentos e práticas autoritários irrefletidamente, ocasionando uma segurança pública que mais parece privada, interpretando e reproduzindo o imaginário de apenas um bloco social.

A desumanização do suposto autor de um fato e o afastamento da realidade social, portanto, reduzem a capacidade empática, promovem a ignorância acerca de outras formas reais de violência e constituem em terceiros o sentimento de retidão, de forma que seria esta merecedora de dignidade, e o outro, que aparentemente não possui a mesma

idoneidade moral, não deteria a mesma presunção, tendendo a ser demonizado e destituído de um quadro de direitos que deveria a todos abranger. O Estado, portanto, vale-se de suas instituições e aparelhos para responder inescrupulosamente os anseios da sociedade, que na verdade são os do poderio econômico, estereotipando e estigmatizando certos grupos (notadamente, negros, pobres e jovens) para atingir seus próprios fins, desconsiderando qualquer perspectiva substancialmente democrática, mas mantendo-a formalmente (PASTANA, 2003, p. 93 e 94).

4.O cotidiano forense e os conceitos jurídicos indeterminados

Como dito, a doutrina do direito penal do inimigo (JAKOBS & MELIÁ, 2015, pp. 28 e 29). não é bem quista entre os penalistas e processualistas da área criminal. Todavia, não se pode ignorar que o Judiciário se comporta, ainda que não assumidamente, cumprindo seu papel como ator estigmatizante de indivíduos e supressor de suas garantias devido à gravidade do delito (CASARA, 2018, p. 163 a 168). Evidentemente, a Constituição brasileira não admite o afastamento em comento, porém a prática indica que cláusulas abertas são largamente utilizadas para perpetração da violência contra os inimigos do Estado.

Nesse sentido, SEIBEL (2012) evidencia que a falta de critérios objetivos para a distinção de traficantes e usuários, estaria estimulando a prisão de usuários a pretexto de serem traficantes, pois

desde que a atual Lei sobre Drogas (11.343/2006) entrou em vigor, o número de presos por crimes relacionados às drogas no Brasil dobrou. A falta de clareza na lei está levando à prisão milhares

de pessoas que não são traficantes, mas sim usuárias. A maioria desses presos nunca cometeu outros delitos, não sendo criminosos a priori, não tendo relação com o crime assim chamado “organizado” e portavam pequenas quantidades da droga no ato da detenção para seu próprio consumo.

A demasiada discricionariedade do agente policial é viabilizada pelo hiato deixado no dispositivo legal, na medida em que cabe à autoridade policial fazer a primeira interpretação da norma, momento em que irá definir, a partir de suas crenças e princípios, se o sujeito transporta ou retém em sua posse, não exigindo a finalidade de traficância, o entorpecente ilícito, ou se está praticando o elemento subjetivo do tipo presente no artigo 28, Lei n. 11.343 (2006), qual seja a intenção de consumo pessoal de drogas o que, desta forma, determinará quem é usuário e quem é traficante (CARVALHO, 2016).

Nessa toada, como expõe Salo de Carvalho (2016), inobstante o §2º, do artigo 28, da Lei n. 11.343 (2006), determinar que o juiz irá avaliar a situação em concreto, é evidente que o responsável pelo primeiro crivo é a polícia ostensiva e, adiante, corroborada pelo Ministério Público no momento de oferecimento da denúncia e ao longo da persecução penal.

Ocorre que, assim como na Lei de Drogas, o Código de Processo Penal Brasileiro (1941), em seu artigo 312, utiliza-se de conceitos jurídicos indeterminados para a decretação ou não da medida cautelar, notadamente a garantia da ordem pública. É cediço que tal artigo determina os requisitos necessários para a decretação da prisão preventiva do acusado ou investigado, no entanto, o legislador, ao não conceder objetividade aos requisitos, deixou, mais uma vez, uma enorme lacuna, cabendo a doutrina delimitar seu conceito.

Tendo isso em vista, RANGEL (2019, p. 1.241) entende por ordem pública “a paz e a tranquilidade social, que devem existir no seio da comunidade, com todas as pessoas vivendo em perfeita harmonia, sem que haja qualquer

comportamento divorciado do *modus vivendi* em sociedade” e, nesse mesmo sentido, PACELLI (2014, p. 435) afirma que

a prisão para a garantia da ordem pública não se destina a proteger o processo penal, enquanto instrumento de aplicação da lei penal. Dirige-se, ao contrário, à proteção da própria comunidade, coletivamente considerada, no pressuposto de que ela seria duramente atingida pelo não-aprisionamento de autores de crimes que causassem intranquilidade social.

Em que pese tais entendimentos, é imprescindível que o fundamento da garantia da ordem pública seja acompanhado de prova razoável que evidencie o *periculum libertatis* do agente, ou seja, não bastam meras conjecturas pautadas em proteção da própria comunidade (PACELLI, 2014) ou na paz e tranquilidade que permeiam a sociedade, caso contrário, o magistrado estaria ao arrepio da norma constitucional que determina a motivação das decisões judiciais.

5.Os impactos atuais da larga aplicação de conceitos jurídicos indeterminados

O Sistema do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), que substituiu o Infopen, revela que 209.257 presos no Brasil, no período entre janeiro e junho de 2020, são provisórios de um total de 702.069, o que representa 29,81% da população carcerária do país (Departamento Penitenciário Nacional, *Presos em unidades prisionais no Brasil*, p. 3)⁶. Não espanta o referido percentual. Como visto, o entendimento majoritário da doutrina em matéria penal e processual penal, aplica a garantia da ordem pública, considerando-a

fundamento apto para proferimento de um decreto preventivo, mesmo sem qualquer indício concreto de periculosidade do agente.

O elevado número de decretos provisórios, que aponta para a facilidade de emissão de juízos desfavoráveis aos réus ou investigados, desemboca no aumento da taxa de encarceramento cujo ápice foi atingido em 2019 com um aumento de 59,47% em relação ao ano de 2009. O incremento da população carcerária afeta diretamente os direitos dos

custodiados dentro da prisão, eis que indica a probabilidade de superlotação, fato verificado não só em 2019 – cujo déficit de vagas chegou à marca de 312.925, ficando atrás apenas do registro de 2015 (327.417) –, mas é também notado ao longo das últimas duas décadas nas quais o Brasil sempre forneceu menos vagas do que o contingente de presos (Departamento Penitenciário Nacional, *População prisional por ano e População prisional: déficit e vagas*, p. 8 e 10). A própria Corte Constitucional brasileira reconheceu o estado de coisas inconstitucional e a superlotação do sistema carcerário no bojo da ADPF 347 (2015, pp. 4 e 5) em que se encontra o sistema penitenciário nacional, não sendo arrazoado manter centenas de milhares de pessoas presas sem um título condenatório definitivo.

Os tipos penais mais recorrentes, quando se trata dos indivíduos eletronicamente monitorados, são os da Lei de Tóxicos (Lei n. 6.368/76 e Lei 11.343/06), que representam 55,62%, e os crimes contra o patrimônio, notadamente o furto (art. 155 do Código Penal brasileiro) e o roubo (art. 157 do mesmo diploma legal), somando 29,81%. É escandaloso observar que ambos, se adicionados um ao outro, contabilizam 85,43% dos casos. O percentual ainda no que toca aos portadores de tornozeleira eletrônica, mas restrito apenas aos crimes hediondos, segue a mesma ordem de grandeza; o tráfico de drogas contabiliza notáveis 81,21%, a associação para o tráfico⁷, 3,09% e o latrocínio, 0,76%, os quais somados representam 85,06% da população prisional (Departamento Penitenciário Nacional, *População prisional em encarceramento eletrônico: tipificações e População prisional em encarceramento eletrônico: crimes hediondos*, p. 7 e 8).

A razão dos mesmos tipos penais, quais sejam os previstos na lei de drogas e os crimes contra o patrimônio, substancialmente o furto e o roubo, do Código Penal, face aos demais em

relação aos efetivamente encarcerados é de 32,39% e de 38,65%, respectivamente, cuja soma equivale a 71,04%. Ainda que se acrescentem tipos penais e indivíduos, o percentual mantém-se demasiadamente elevado (Departamento Penitenciário Nacional, *Quantidade de incidências por tipo penal*, p. 3).

Os percentuais supra expõem a seletividade penal não só primária, as condutas que a política criminal determina ser convenientes punir, assim como a seletividade secundária, a mobilização das instituições de controle social repressivo do Estado, em especial a polícia, judiciária ou militar, e o próprio Poder Judiciário para atuar sobre as condutas eleitas pelo legislador. Há uma segunda face desta última que pode ser denominada de clientela do sistema penal. É que não basta apenas a criminalização da conduta e o aparelhamento institucional para reprimi-la; o sistema penal possui alvos com características especiais que são determinadas pelos estereótipos, pela rotulagem social. Uma das possíveis perspectivas para a identificação e compreensão de qual grupo social compõe a população carcerária brasileira foi explorada nos itens 2.1 e 2.2 supra.

Nesse sentido, vale consignar, especialmente porque a análise e a revisão bibliográfica também exigem o dado, que não são equitativamente alvos do sistema os variados grupos sociais. Os dados do Departamento Penitenciário Nacional indicam que 66,31% da população carcerária cuja informação sobre autoidentificação da raça é coletada (79,57%) se identificam como pretos ou pardos, dos quais 16,03% correspondem aos primeiros e 50,28%, aos últimos. Em contrapartida, a população que se autoidentifica branca totaliza apenas 32,52%, menos da metade do percentual atinente aos pretos e pardos (Departamento Penitenciário Nacional, *Composição da população por cor/raça no sistema prisional*, p. 4).

A partir das estatísticas apresentadas, é possível afirmar que atualmente a ação penal é direcionada mais duramente aos cidadãos que cometem crimes contra o patrimônio e relacionados com a Lei de Drogas brasileira, infrações penais historicamente atreladas aos grupos sociais menos favorecidos, ao mesmo tempo em que selecionam dentro desse universo preferencialmente os indivíduos cuja

pele possui tom mais escuro. Para esses propósitos, a máquina Judiciária viola, por vezes, frontalmente, direitos e garantias fundamentais do acusado/investigado, revelando-se sobretudo impaciente na consecução de resultados, porque abusa da decretação de prisões cautelares, a qualquer título, ou seja, sequer concebe o desenrolar natural do devido processo.

6. Conclusão

É natural que o segmento social oriundo da população escrava enfrentasse desafios de socialização. Afinal, eram considerados propriedade, não cidadãos (HOLLOWAY, 1997). Aliás, é possível entender, sob essa perspectiva, a ausência de indignação quando da ocorrência de abusos para com marginalizados (CASARA, 2018, p.188; PASTANA, 2003, p. 95). Igualmente, justificase à sociedade dita “do asfalto” no jargão popular a interferência contínua e abusiva dos agentes de segurança pública para manutenção da “paz social”, da “tranquilidade” e da “ordem pública”.

Manteve-se, a despeito da Constituição de 1988, a lógica segregacionista, substituindo tão somente a punição devido à insubordinação ao senhor pela inaptidão ao enquadramento à sociedade de consumo. Outrossim, a aplicação da sanção deslocou-se do âmbito privado para o âmbito público. Entretanto, a coisa pública parece ainda não ter desvencilhado seu serviço e seu aparelhamento do Poder, funcionando ainda como instrumento de perpetuação das relações de poder entre o Leviatã e o cidadão. A perda da condição de escravos não parece ter concedido à população pobre o *status* de cidadão.

O medo, neste cenário, exerce um papel fundamental de hegemonia cultural,

propagando o discurso da alta criminalidade, da violência descontrolada e da insegurança geral, que acaba por legitimar o atuar autoritário do Estado e sua aceitação pelas massas. A agenda estatal da segurança pública em geral acaba por perpetuar uma violência do ente que deveria, ou ao menos, poderia buscar suprimi-la. Ao contrário, vê-se como numa compulsão à repetição freudiana o clamor por respostas repressivas e autoritárias no lugar de iniciativas que promovam o debate sobre a violência, bem como o exercício emancipatório e ativo da cidadania na resolução dos conflitos sociais. Nesse sentido, as “propostas políticas apresentadas estão longe da solução, apenas alimentam ainda mais o pânico. Essa é a lógica de se produzir um mecanismo que desvie a atenção do cidadão indefinidamente, ou seja, sempre afirmar o problema e nunca o resolver” (PASTANA, 2003, p. 19).

A prática forense reflete perfeitamente essa lógica, tendo em conta o amplo uso de conceitos jurídicos indeterminados, assim como, já mencionado anteriormente, o uso de tais conceitos pelo Poder Legislativo, justamente nas situações em que demandam uma maior interferência na esfera privada do indivíduo. Em outras palavras, o Judiciário respalda a violência, eis que prevista pelo Direito, quando, na realidade, merecia uma atuação mais contundente deste Poder para

salvaguardar os direitos constitucionais e previstos em tratados internacionais dos cidadãos.

Não à toa os números demonstram serem os negros a esmagadora maioria da população carcerária brasileira e os delitos relacionados a entorpecentes e ao patrimônio estarem entre os mais recorrentes. As prisões cautelares, que somam quase um terço, bem como outras medidas cautelares, pessoais ou de investigação, vastamente deferidas demonstram como os conceitos jurídicos indeterminados promovem a inversão da regra para a exceção, isto é, possibilitam que a exceção – a violação de direitos fundamentais

em prol do interesse de investigar e punir condutas desviantes – se torne corriqueira.

A democracia, de todos, mas especialmente dos marginalizados indesejáveis, é-lhes, assim, negada continuamente por meio de processos de exclusão, precarização e de criminalização. Os mecanismos de dominação são tão efetivos que o senso comum sequer nota o que se passa cotidianamente em frente aos seus olhos, naturalizando a violência e até mesmo justificando-a, de forma que os a imprestabilidade de um indivíduo ao sistema acaba por retirar-lhe a humanidade e, consequentemente, por ele não se chorará, não há de haver um luto coletivo (BUTLER, 2015).

Notas explicativas

1. Tudo indica que o fenômeno de generalização de determinada conduta criminosa acompanha a experiência judiciária atual no que tange ao enquadramento de quase todos os crimes patrimoniais comuns sob a terminologia de assalto/roubo e à capitulação como tráfico de drogas o porte de qualquer substância assim definida a depender das características pessoais do agente passivo da abordagem policial, bem como da caracterização ou não da associação para o tráfico.

2. Os pactos internacionais são o Pacto de San José da Costa Rica (1969), a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966) e Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia de 2000.

3. Trecho retirado do artigo: SILVA, Douglas Rodrigues da. *A falácia da Política de Guerra às Drogas*, 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/a-falacia-da-politica-de-guerra-as-drogas/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

4. *idem*.

5. Aqui utiliza-se o conceito de guerra presente no parágrafo anterior.

6. Neste numerário, não estão contabilizados os que por qualquer motivo estão sendo eletronicamente monitorados. De um total de 51.897 portadores de tornozeleira eletrônica (7,39% da população total sob a custódia penal), 14.167 são provisórios, representando 27,29%.

7. Embora legalmente o tipo penal do art. 35 da Lei n. 11.343/06, a associação para o tráfico, não seja elencada como crime hediondo, Lei n. 8.072/90, sequer podendo ser equiparado por analogia ante as melhores regras de interpretação e integração da lei penal, o Departamento Penitenciário Nacional assim o fez. De todo modo, consideramos o tipo mencionado devido à adequação ao argumento sem comprometimento da fidedignidade da informação.

- ADPF 347 (2015). Medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 do Distrito Federal para determinar realização de audiência de custódia, julgada em 09/09/2015, pp. 4 e 5. Recuperado em 20 novembro, 2020, de <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>
- BATTIBUGLI, T. (2006). *Segurança pública e cultura policial paulista (1946-1964)*. In KOERNER, Andrei (Org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises* (pp. 83 a 106). São Paulo: IBCCRIM.
- BIGHETTI, J. V. de S. (2018). *A intervenção federal no Rio de Janeiro*. Recuperado em 22 novembro, 2020, de <https://jus.com.br/artigos/69394/a-intervencao-federal-no-rio-de-janeiro>
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo* (1998). Rio de Janeiro: Vozes
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (1988). Brasília, Recuperado em 15 novembro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL, C. Í. do. *Intervenção Federal do Rio manteve “modelo de guerra”, diz professora* (2018). Recuperado em 29 novembro, 2020, de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-12/intervencao-federal-no-rio-manteve-modelo-de-guerra-diz-professora>
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Composição da população por cor/raça no sistema prisional*, p. 4. Recuperado em 25 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYzg4NTRjNzYtZDcxZi00ZTNkLWI1M2YtZGIzNzk3ODg0OTllIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *População prisional: déficit e vagas*, p. 10. Recuperado em 24 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojMjU3Y2RjNjctODQzMj00YTE4LWEwMDAtZDIzNWQ5YmIzMzk1IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *População prisional em monitoramento eletrônico*, p. 2. Recuperado em 24 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNTUwM2JlZGMtZGY1MS00ZWJlLTlhNjgtYTM5MjVhZmZkOTBliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *População prisional em encarceramento eletrônico: crimes hediondos*, p. 8. Recuperado em 25 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNTUwM2JlZGMtZGY1MS00ZWJlLTlhNjgtYTM5MjVhZmZkOTBliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

[JILThhNigtYTM5MjVmZTkzOTBiliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiNTUwM2JIZGMtZGY1MS00ZWJILThhNigtYTM5MjVmZTkzOTBiliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9)

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *População prisional em encarceramento eletrônico: tipificações*, p. 7. Recuperado em 25 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiNTUwM2JIZGMtZGY1MS00ZWJILThhNigtYTM5MjVmZTkzOTBiliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *População prisional por ano*, p. 8. Recuperado em 24 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiMjU3Y2RjNjctODQzMj00YTE4LWEwMDAtZDIzNWQ5YmIzMzk1IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Presos em unidades prisionais no Brasil*, p. 3. Recuperado em 24 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiMjU3Y2RjNjctODQzMj00YTE4LWEwMDAtZDIzNWQ5YmIzMzk1IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Quantidade de incidências por tipo penal*, p. 3. Recuperado em 25 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiMTViMWRiOWYtNDVhNi00N2NhLTk1MGEtM2FiYjJmMmlwMDNmIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

BUTLER, J (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

CARVALHO, S. de (2016). *A política Criminal de Drogas no Brasil*. 8. ed. - São Paulo: Saraiva.

CARVALHO, S. de (2013). *Política de Drogas: Mudanças e Paradigmas* (Nas Trincheiras de uma Política Criminal com Derramamento de Sangue: Depoimentos Sobre os Danos Diretos e Colaterais Provocados pela Guerra às Drogas). R. EMERJ, Rio de Janeiro, v.16, n. 63 (edição Especial), p. 46-69, out. - dez., 2013.

CASARA, R. R. R (2018). *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CLAUSEWITZ, C. V. (2010). *Da Guerra*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

CROUCH, Colin. *Post-démocratie*. Zurique: Diaphane, 2013

Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (1941). Institui o Código de Processo Penal. Brasília. Recuperado em 11 dezembro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm

- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997
- Força Pública (1963). *Regulamento disciplinar*. São Paulo: Quartel General Tipografia.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia de Letras, 1995
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e Resistência*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.
- JAKOBS, Günther. *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. 6ª ed., 2ª tiragem. (Org.) e trad. André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015
- Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006* (2006). Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, Recuperado em 15 novembro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm#view
- MACCOY, C (1986). The Cop's World: Modern Policing and the difficulty of legitimizing the use of force. *Human Rights Quarterly*. v. 8. n. 2, pp. 276 a 281.
- PACELLI, E. (2014). *Curso de Processo Penal*. 18ª ed. São Paulo: Atlas. p. 435.
- PASTANA, D. R. (2003). *Cultura do medo: Reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil*. São Paulo: Método.
- RANGEL, P. (2019). *Direito Processual Penal*. 27. ed. São Paulo: Atlas.
- ROLIM, M. (2006). *A síndrome da Rainha Vermelha: Policiamento e Segurança Pública no Século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Center for Brazilian Studies, 2006
- ROSEMBERG, A. (2006). *Os limites do policiamento em São Paulo nas Décadas de 1870 e 1880 – Corpo Policial Permanente entre a cruz e a caldeirinha*. In KOERNER, Andrei (org.). História da justiça penal no Brasil: pesquisa e análises (pp. 39 a 57). São Paulo: IBCCRIM
- SILVA, Douglas Rodrigues da. *A falácia da Política de Guerra às Drogas*, 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/a-falacia-da-politica-de-guerra-as-drogas/>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- SEIBEL, S. (2012). A lei 11.343/2006 e o impacto na saúde pública. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. v. 239, n.1, pp. 13-15. Recuperado em 27 novembro, 2020 de <https://www.conjur.com.br/dl/boletim-drogas-ibccrim.pdf>.

- SOARES, F. V. (1997). *A segurança pública no Rio de Janeiro: a via rousseauiana de Brizola (1983/19870 e a via hobbesiana de Moreira (1987/1991)*. In PASSET, Edson e SILVA, R. B. D. da (Org). *Conevenções abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva* (pp. 97 a 105). São Paulo: IBCCRIM.
- SOUZA. L. A. F. de. (2006). *Polícia, poder de polícia e criminalidade numa perspectiva histórica*. In KOERNER, Andrei (Org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises* (pp. 39 a 57). São Paulo: IBCCRIM.
- URICOECHEA, F. (1978). *O minotauro imperial*. São Paulo: Difel.
- VIEIRA, D. e CASTRO, N. (2018). *Intervenção federal no RJ completa sete meses com aumento de tiroteios e mortes em confrontos*. Recuperado em 28 novembro, 2018, de <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/17/intervencao-federal-no-rj-completa-sete-meses-com-aumento-de-tiroteios-e-mortes-em-confrontos.ghtml>
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento das ciências sociais. In COHM, Gabriel (Org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 1989.